



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS – DCEEX

CYNTHIA ALMEIDA LIMA

A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS
ANOS 90 E 2000

Três Rios
2015

CYNTHIA ALMEIDA LIMA

A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS
ANOS 90 E 2000

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas e Exatas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) para obtenção do título em Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Sebastião Ferreira da Cunha

Três Rios
2015

CYNTHIA ALMEIDA LIMA

A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL NOS ANOS 90 E 2000

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas e Exatas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) para obtenção do título em Bacharelado em Ciências Econômicas.

Aprovado em _____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Professor Sebastião Ferreira da Cunha
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Professora Diná Andrade Lima Ramos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Professor Flávio Ferreira de Miranda
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus e aos professores do curso que, com inúmeras contribuições ao longo da graduação me fizeram crescer tanto no lado profissional, quanto no lado pessoal.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecer a Deus, autor da minha vida. Sem sua misericórdia e graça, não chegaria a lugar algum.

A meus pais, Sonia e José, os quais me doaram tudo o que havia de melhor em suas vidas. Com todo meu amor e gratidão ofereço este trabalho. Agradecer também a toda a minha família que sempre me incentivou.

Ao meu noivo, Braiam, amado companheiro de faculdade e eterno de vida, agradeço pelo seu amor e dedicação.

Às minhas amigas, Carol e Quéssia, simplesmente, obrigada por existirem e serem meu porto seguro de todas as horas. À Letícia, minha amiga de curso e de vida, obrigada pela amizade. À Pétala, obrigada por todo seu companheirismo e carinho para comigo.

Ao professor doutor Sebastião, grande inspiração para a monografia e, principalmente, de vida. Obrigada pela sabedoria e paciência ao me orientar.

Ao mestre Ivan Carneiro de Campos, grande economista, profissional e ser humano, por ter me ajudado profissionalmente e na vida acadêmica.

A todos os meus professores de graduação por sua total dedicação e sabedoria. Aos meus companheiros de trabalho que torceram por mim.

Estamos em um país onde todos são iguais, mas vivemos submergidos em total desigualdade social.

(Said Augusto).

RESUMO

O objetivo deste trabalho será, portanto, verificar se as políticas públicas implantada nos anos 2000 apresentaram melhores resultados nos indicadores sociais do que aqueles na década de 90.

Palavras-chave: Crescimento Econômico. Desigualdade Social. Distribuição de Renda. Neoliberalismo

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Distribuição de renda no Brasil (participação na renda total).... | 16 |
| Tabela 2- Brasil: contribuição marginal e total de cada variável (em %) sobre a distribuição pessoal da renda – 1960 e 1970..... | 18 |
| Tabela 3- Abertura comercial do Brasil (comparação de índices Brasil – EUA – 1950 a 1990 | 35 |
| Tabela 4- Distribuição de acordo com faixa etária, escolaridade, Renda per capita e IDH..... | 43 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Participação dos salários no PIB..... | 42 |
| Gráfico 2: Índice de Gini..... | 44 |

LISTA DE ABREVIATURA

FEBSAN- Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional

IDE- Investimento Direto Estrangeiro

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

PAEG- Programa de Ação Econômica do Governo

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PEA- População Economicamente Ativa

PIB- Produto Interno Bruto

PBF- Programa Bolsa Família

RNB- Renda Nacional Bruta

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1 AS TEORIAS SOBRE A CONCENTRAÇÃO DA RENDA..... | 13 |
| 1.1 As Teorias que Versam Sobre a Concentração de Renda..... | 13 |
| 2 A ORIGEM DO NEOLIBERALISMO..... | 21 |
| 2.1 A Implantação da Política Neoliberal..... | 21 |
| 2.2 O Neoliberalismo e a Globalização Mundial..... | 27 |
| 2.3 - O Surgimento do Neoliberalismo no Brasil..... | 29 |
| 3 A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS ANOS 90 E 2000..... | 34 |
| 3.1 Histórico de políticas econômicas nos anos 80 e 90..... | 34 |
| 3.2 As Políticas de Segurança Social..... | 39 |
| 3.3 O Programa Fome Zero..... | 40 |
| 3.4 O Programa Bolsa Família (PBF)..... | 41 |
| 3.5 Conclusões sobre os programas de transferências de renda..... | 42 |
| CONCLUSÃO..... | 46 |
| REFERÊNCIAS..... | 47 |

INTRODUÇÃO

A desigualdade de renda no Brasil é um tema polêmico, o qual se arrasta por diversas gerações de estudantes das áreas econômicas e sociais. Diversos estudos já foram publicados a respeito desse assunto tão popular, e ao mesmo tempo, difícil de se compreender e de, principalmente, de se chegar ao fim de uma discussão.

Nosso país possui um histórico de desigualdade desde a época de seu descobrimento: índios, escravos, imigrantes, as pessoas que pertenciam à camada sem capital, eram marginalizados por uma sociedade que, até hoje, busca apenas uma coisa: lucro. Os detentores dos recursos materiais e sociais sempre tiveram o privilégio de poder explorar daqueles que só tinham a mão-de-obra a oferecer.

Então, durante o Curso de Ciências Econômicas surgiu-me a seguinte questão: será que a desigualdade de renda era uma consequência das políticas públicas? Será que o modelo adotado no Brasil favorecia toda a sociedade? Foi atrás destas respostas que este trabalho se iniciou.

Adotaremos um período específico, mais precisamente dos anos 80 aos anos 2000, irão ser colocadas em pauta as políticas implantadas no Brasil e, ao mesmo tempo, a situação socio-econômica. Veremos se a causa de existir determinado tipo de visão governamental foi capaz de gerar consequências negativas no que diz respeito ao caráter social da população.

Mas também, irá caracterizado o neoliberalismo. Isso, porque, conforme será exposto ao longo do trabalho, esse ideal político foi cenário no mundo desde os anos 40, e mais especificamente no Brasil, no final da década de 80, período esse em diante, o qual será analisado.

Não foi por mero acaso este tema ser escolhido. O neoliberalismo se baseia na lógica do mercado, na qual nada pode atrapalhar o fluxo econômico, e isso se aplica para todas as ações políticas, inclusive aquelas que sejam destinadas ao bem-estar da sociedade. Além disso, havia o fato de que as pessoas eram consideradas agentes do seu próprio destino, cabendo apenas a elas mesmas determinar suas condições de vida. Ou seja, talvez essa ação política não tenha permitido que ocorresse uma melhor distribuição da renda, visto que a partir dela, a ótica do mercado passou a ser o centro das atenções. Por mais que o crescimento

econômico seja fundamental, a minha pergunta sempre foi o porquê de uma parte dos recursos conquistados com o progresso não serem repassados para a seguridade social.

Para realizar este trabalho, busquei estudos de determinados autores sobre o tema. Utilizei mais as fontes de Marcelo e Reinaldo Carcanholo, bem como Maria de Mello Malta e Rodrigo Mendes Gandra, os quais achei interessantes e objetivos quanto ao tema por mim escolhido. Em seus textos sobre o neoliberalismo, Marcelo e Reinaldo Carcanholo abordaram o tema de forma completa e me fez pensar na importância do estudo da desigualdade frente essa política. Malta e Gandra publicaram trabalhos sobre as teorias que surgiram para tentar explicar a desigualdade de renda já nos anos 70. O que esses textos fazem é justamente explicar de forma objetiva como ocorreu o início da discussão sobre concentração de renda.

O trabalho será dividido em três partes, sendo: o primeiro deles trata das teorias que surgiram para explicar a desigualdade que ocorreu durante os anos setenta. Este capítulo é a base para as comparações que serão feitas ao longo do trabalho. O segundo capítulo caracteriza sobre o neoliberalismo e o seu surgimento no Brasil. Para que se possa entender os efeitos que ele causa, é necessário que haja esse conhecimento. O último capítulo terá como pano de fundo as políticas de renda implantadas durante os anos 2000. Não que esse tipo de política tenha condicionado uma ruptura do sistema; as bases do capitalismo continuaram firmes, a diferença foi a inclusão de ações governamentais extras direcionadas à promoção do indivíduo marginalizado.

O objetivo deste trabalho será, portanto, verificar se as políticas públicas implantada nos anos 2000 apresentaram melhores resultados nos indicadores sociais do que aqueles na década de 90.

Capítulo 1- AS TEORIAS SOBRE A CONCENTRAÇÃO DA RENDA

Os estudos sobre a distribuição de renda no Brasil remontam a década de 70, quando houve uma grande discussão sobre o assunto. Estudiosos foram convocados para que buscassem uma explicação lógica para a desigualdade de renda, afinal de contas, a política promovida pelos militares tinha o intuito de trazer progresso e o bem-estar de toda a sociedade.

Aconteceu que foram apresentadas diversas teorias sobre a desigualdade de renda entre os brasileiros e, algumas delas, foram enfáticas ao dizer que a política ministrada pelo governo era a causa do problema da distribuição. Um dos exemplos desse tipo de teoria foi a de Fishlow. (MALTA, 2011). Todavia, houve também teorias que enfatizassem que, quanto maior o nível educacional do indivíduo, maiores as chances de se conseguir um emprego com salários mais altos. Essa foi a ideia de Langoni. (GANDRA, 2004).

Este capítulo pretende listar algumas das teorias de concentração de renda que surgiram na década de 70 para que a medida que se avance no trabalho, seja feita uma analogia entre o momento político e essas teorias.

1.1 As Teorias que Versam Sobre a Concentração de Renda.

A questão da distribuição de renda sempre foi objeto de estudo entre os economistas, pois envolvem muitos fatores como, relações de produção, sociedade, a temática do lucro. Sempre houve teorias tentando explicar o porquê dos vários comportamentos da distribuição de renda. (MALTA, 2011).

Aconteceu que o Brasil dos anos 60 e 70 apresentava elevados índices de desigualdade social e concentração de renda. Essa análise foi obtida através de um Censo realizado em 1970 e, com isso, o governo ditatorial perdeu credibilidade na época.

Resultados ruins da política econômica pós-1964 para o “bem-estar” da população brasileira poderiam ser facilmente relacionados com o tipo de planejamento para o desenvolvimento e a segurança nacionais aprendidos na ESG. A piora na distribuição de renda não era uma questão controversa. O próprio governo havia publicado os resultados. Não havia a possibilidade de escamoteá-los em qualquer instância, ou por qualquer medida. Tratava-se de explicá-los. (MALTA, 2011, p. 55).

Foi assim que esse assunto levou a uma intensa discussão entre estudiosos, os quais buscaram teorias que tentassem explicar o que havia ocasionado esses resultados. Afinal de contas, o Brasil passou por um crescimento econômico expressivo e a distribuição de renda piorou de forma considerável. Essa discussão ganhou o nome “Controvérsia de 70”.

Assim, a controvérsia da distribuição de renda ganhou contornos polarizados politicamente e aprofundou-se teoricamente, dando origem à conformação que o debate assumiu na história do pensamento econômico brasileiro desde então. (MALTA, 2011, p. 56).

Furtado já havia se posicionado a respeito da problemática da distribuição de renda antes do Censo realizado em 1970. A teoria dizia que o país não estava preparado para o grande crescimento econômico que ocorreu, e com isso, o capitalismo não conseguiu se desenvolver. (MALTA, 2011).

Furtado organizava sua análise sobre a relação entre desenvolvimento econômico e distribuição de renda com base na ideia de que o crescimento econômico no Brasil se processava com abundância de mão-de-obra (tal qual os modelos de acumulação clássicos e o modelo de Sir Arthur Lewis). (MALTA, 2011, p. 57).

Ocorreu que, com o mercado de trabalho em abundância, a taxa natural de crescimento se ajustou à taxa efetiva de crescimento. Assim, o poder de negociação dos trabalhadores diminuiu e fez com que os empresários alocassem mais da renda em seus lucros, em vez de o fazer no próprio salário dos trabalhadores. Isso era um problema de demanda desestruturada, pois o país manteve os elevados padrões de consumo, mesmo com a industrialização já desenvolvida. Com os padrões de consumo relativamente altos, a parcimônia da população quase não aconteceu, gerando problemas na demanda interna.

A seguir, um debate famoso foi elaborado por Theodore Schultz, a Teoria do Capital Humano, ao estudar o caso da Alemanha e do Japão, os quais conseguiram se reestruturar economicamente de forma rápida no pós Segunda Guerra Mundial. O diferencial nesses países eram o que eles tinham em comum, que seriam sociedades formadas por indivíduos saudáveis e com elevados níveis de escolaridade. A conclusão foi de que, educação e produtividade são positivamente relacionadas, tirando qualquer responsabilidade do governo militar sobre a piora na

distribuição de renda. Essa conclusão pode ser relacionada com uma das características do neoliberalismo que veremos mais a frente, a qual diz que as políticas governamentais não influenciam na situação econômica-social do indivíduo, pois o que conta são as escolhas equivocadas ou não que ele possa fazer. (MALTA, 2011).

Gandra (2004) também mostrou em seu trabalho os estudos sobre a concentração de renda nesse período. Os trabalhos de Fishlow, Langoni, Bacha e Taylor apresentaram explicações sobre o comportamento da renda a partir da década de 60.

A primeira teoria a ser apresentada será a de Fishlow. Com dados recolhidos durante o governo Castelo Branco (1964-1967), Fishlow arriscou em dizer que não adiantava um País crescer economicamente se, todo o montante adquirido, não fosse distribuído de forma equivalente para a sociedade. Com a política de compressão dos salários imposta durante o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), a desigual distribuição de renda era, segundo Fishlow, fruto deste programa econômico ditatorial.

Fishlow (1978:185) defende que as políticas governamentais, que restringiram severamente os salários nominais e simultaneamente aplicaram a chamada 'inflação corretiva, fizeram o salario mínimo declinar 20%. Tendo em vista que a renda *per capita* cresceu mais rápido, no mesmo intervalo [de 1964 a 1970], com avanço de 22%, alguém havia ganhado, não apenas absolutamente,mas também relativamente. Para ele, é provável que este ganho tenha se concentrado nos setores urbanos com renda acima da média, nos subsetores de finanças, nos cargos administrativos e etc. (GANDRA, 2004, p. 2)

Inferese a partir da citação acima que, as classes sociais beneficiadas com os lucros do programa econômico da Ditadura Militar não foram as de baixo poder econômico. Esse foi um dos problemas que Fishlow visou: crescimento econômico considerável, entretanto, com um destino desigual do produto interno do país (PIB). Esta explicação não foi adotada pelo regime militar da época, afinal de contas, era a conclusão do modo como era conduzida a política econômica da época, a qual não repassava os ganhos de produtividade aos salários dos setores menos desenvolvidos.

Ainda segundo a política econômica, a expectativa de aumento da inflação não foi considerada durante o governo Castelo Branco e resultou na estagnação dos

salários. Acrescenta-se o fato de que, para Fishlow, a produtividade deveria ter sido repassada aos salários dos trabalhadores, para garantir a distribuição igualitária da renda. Com a falta do repasse da produtividade, os detentores de capital foram os mais favorecidos, ficando com a maior fatia do bolo. Observa-se nesse ponto outra premissa do novo liberalismo, a qual priorizava a tática de incentivo ao capital privado.

A tabela abaixo mostra a porcentagem dos 40% mais pobres e 5% mais ricos nas décadas de 1970 e 1980. A desigualdade pode ser vista através do aumento da parte mais rica:

Tabela 1 - Distribuição de renda no Brasil (participação na renda total)

| | 40% mais pobres | | 5% mais ricos | |
|-----------------------|-----------------|-------|----------------|----------------|
| | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| Fishlow | 10,49 | 7,14 | 28,55 | 38,22 |
| Hoffman&Duarte | 11,20 | 9,05 | 27,35 | 36,25 |
| Ministério da Fazenda | 11,57 | 10,00 | Não disponível | Não disponível |

Fonte: Serra (1975) *apud* Gandra (2004)

Langoni se baseou na teoria do ‘Efeito Kuznets’¹ e na Teoria do Capital Humano, que mencionavam o efeito de baixos índices de qualificação nas remunerações mais baixas. Essas duas teorias tinham a mesma finalidade, a qual era explicar que a explosão do processo industrial do país foi o responsável pela desigualdade.

O “efeito Kuznets” foi uma das respostas que Langoni, achou sobre a problemática da distribuição de renda. O Brasil apresentava uma renda *per capita* baixa, apesar de ter conquistado prodígios econômicos nesses anos. O que Langoni observou a partir desses dados foi que a concentração de renda aumenta mais quando o crescimento do país está em seu ápice; nesse momento, a maior parte da sociedade encontra-se nos setores de produtividade mais baixa, e conseqüentemente, com uma renda per capita menor. Como podemos ver abaixo:

¹ Referência ao trabalho de Kuznets (1955). O efeito Kuznets fala sobre o U-invertido, relacionando desigualdade de renda e crescimento econômico.

Entretanto, na medida em que se passasse um tempo e, que não existisse mais o *boom* de crescimento, essas mesmas pessoas conseguiriam uma renda per capita maior, por conseguirem migrar para os setores de alta produtividade. Langoni (1973) assume a hipótese de que a relação entre crescimento econômico e distribuição de renda, sob uma conjuntura específica e sob uma estrutura sócio-econômica singular, assumiria o formato de U-invertido (GANDRA, 2004, p. 33).

O aumento da desigualdade para Langoni, portanto, começou quando nosso país estava na melhor fase de seu crescimento econômico, pois a sociedade estava intimamente concentrada nos setores de baixa produtividade. Porém, esse efeito seria revertido e logo assim que o crescimento se estagnasse, os setores de alta produtividade fariam com que a sociedade tivesse uma melhor distribuição de renda. Essa foi a primeira parte do estudo de Langoni. (GANDRA, 2004)

A segunda fase compreende uma teoria de que o baixo nível de instrução de algumas camadas da sociedade impediria que os setores mais qualificados empregassem os membros dessas camadas e que, por isso, a concentração de renda estaria predisposta à parte da sociedade mais instruída. Como Gandra disse abaixo:

Utilizando um esquema teórico marshalliano estatístico, pode-se mostrar que, quando a demanda por trabalhadores qualificados se desloca para cima sob uma curva de oferta relativamente inelástica ou quase-vertical, o salário tende a subir muito e o nível de emprego tende a aumentar pouco. Já, sob uma ótica dinâmica, se se supõe que a velocidade de crescimento da demanda por trabalhadores qualificados (que depende do crescimento tecnológico) é mais acelerada que o crescimento da sua oferta-inelástica (que depende da velocidade da expansão educacional) teremos um aumento elevado do salário destes trabalhadores, em específico. (GANDRA, 2004, p. 34).

Para corroborar sua idéia, Langoni (1973), se utilizou da Teoria do Capital Humano, a qual dizia que o salário do trabalhador era diretamente proporcional com o nível de instrução do mesmo. Portanto, para que o salário dos trabalhadores aumentasse, era necessário que o nível de qualificação fosse considerável.

Ainda para provar sua teoria, Langoni fez pesquisas utilizando como variáveis: sexo, idade, setor de trabalho e nível de educação. De acordo com a tabela abaixo, a qual Gandra (2004) utiliza em seu trabalho observa-se que educação é a variável que mais influencia na distribuição de renda, corroborando

assim a teoria exposta. Ou seja, mais uma teoria que relacionava educação e produtividade. Segundo Malta (2011), também partindo do ponto de vista de Langoni, é a educação e a idade que são os fatores que mais influenciam na diferenciação da remuneração das pessoas. O acelerado crescimento econômico é que provocaria a distribuição de renda desigual. O efeito só se corrigiria a longo prazo, na fase em que o crescimento já estivesse em seu ponto mais baixo, com a economia em pleno emprego renda per capita mais elevada.

Tabela 2- Brasil: contribuição marginal e total de cada variável (em %) sobre a distribuição pessoal da renda – 1960 e 1970.

| Variável | 1960 | | 1970 | |
|--------------|--------------|------------|--------------|------------|
| | Marginal | Total | Marginal | Total |
| Educação | 9,98 | 30,79 | 15,43 | 41,01 |
| Região | 7,57 | 23,36 | 4,86 | 12,92 |
| Idade | 6,05 | 18,67 | 7,74 | 20,57 |
| Sexo | 4,85 | 14,96 | 4,99 | 13,26 |
| Atividade | 3,96 | 12,22 | 4,61 | 12,25 |
| Total | 32,41 | 100 | 37,62 | 100 |

Fonte: Gandra (2004).

Alinhado a essa Teoria do Capital Humano está o ideal marshalliano, o qual dizia que as pessoas não preparadas não conseguiriam ter espaço no mercado e, portanto, teriam rendas menores. Essa teoria clássica enfatiza que o governo por si só, não conseguiria melhorar a distribuição de renda, pois depende da escolha racional que os agentes realizassem. (FONSECA, 2008).

A teoria de Hoffman, além de ser uma crítica aos resultados de Langoni, também mostrou sua visão sobre a relação entre a distribuição de renda e o acelerado crescimento do país na época na ditadura militar. Hoffman apontou em seus estudos que, metade da população brasileira não foi privilegiada com o ‘bem-estar’ prometido pelo governo conservador a partir das políticas de crescimento econômico. Os dados apontados sugeriram também que o aumento dos salários não acompanhou os de produtividade.

Hoffman, no que diz respeito ao caráter social da concentração de renda, a qual teria um caráter histórico, desde os tempos em que riqueza era medida através dos latifúndios. Isso seria algo estável e que só mudaria, talvez, se houvesse algum tipo revolução por parte das camadas populares. Ou seja, a concentração de renda não é algo que mudasse tão facilmente. É uma questão que remete a muitos anos

atrás, característica de uma país latifundiário e de crescimento econômico tardio. (MALTA, 2011).

Sob esta percepção afirmava que as relações mais importantes entre distribuição de renda e crescimento econômico são: i) o padrão de distribuição condicionado a estrutura da pauta de importações e a estrutura produtiva através da extensão de mercados para bens específicos; ii) o grau de concentração de renda está, em uma economia capitalista, relacionado à capacidade de poupar e investir. (MALTA, 2011, p. 13)

A terceira teoria analisada por Gandra (2004) neste capítulo é a de Bacha e Taylor e possui algo semelhante à teoria de Fishlow. Bacha, em seus estudos, defendia que os lucros das empresas iam diretamente para os empresários (os chamados *white-collars*) e que as variações de salário do proletariado se comportavam conforme o mercado neoclássico. Ou seja, quanto maior o cargo em uma empresa, maior seria a renda daquela pessoa. Esse era um dos fatores que mais concentrava a renda.

Em sua teoria, Bacha dizia que os empresários que gerenciavam as firmas se tornavam sócios das mesmas, com interesses que coincidiam. É por isso que o salário dessas pessoas ligadas aos altos escalões das empresas era tão divergente dos trabalhadores ligados à produção, por exemplo. As pessoas ligadas à área gerencial eram mais bem pagas porque representavam os interesses dos capitalistas donos das empresas. De acordo com as teorias mais ortodoxas, é essa a camada da sociedade que deve ser valorizada e incentivada, pois é através da atividade desta que os lucros se tornam realidade.

Em relação à semelhança com a teoria de Fishlow, “Bacha defende a ideia de que a remuneração dos gerentes (e a distribuição de renda) dependeria da taxa de exploração vigente do sistema.” (GANDRA, 2004, p. 37).

A partir desta afirmação, o estudioso procurou afirmar que o governo tinha uma participação no que tangia à concentração de renda, porque durante a ditadura militar, os sindicatos eram censurados, e assim, os trabalhadores tinham um poder de barganha quase nulo. Essa observação de Bacha é relacionada com uma premissa do neoliberalismo, a que diz sobre a influência dos sindicatos. Conforme será visto no próximo capítulo, a força sindical não representava os interesses das classes dominantes, o que alimentava ainda mais o desejo de neutralizar toda a presença sindical.

Assim sendo, a “Controvérsia de 70” foi um debate que procurou mostrar os efeitos das políticas econômicas sobre a concentração de renda na população. Tentou-se mostrar ao longo deste capítulo que, a distribuição de renda no Brasil, tinha como característica principal a desigualdade entre as classes, apesar das tentativas do governo em promover o bem-estar da população.

Houve também a intenção de mostrar que, a teoria mais aceita pela Ditadura Militar seria aquela que a eximisse da responsabilidade das conclusões da Controvérsia de 70. Dentre todas as teorias apresentadas, a mais aceita pelo governo foi a de Langoni, ‘Efeito Kuznets’, a qual colocava a Teoria do Capital Humano como a explicação mais real da concentração de renda entre a minoria mais privilegiada. Interligando a Teoria de Marshall e com a do Capital Humano, observa-se não existe pouco capital para distribuição no mercado, o que mais acontece é a falta de preparo das pessoas, o que ocasiona a limitação de crescimento de renda entre as mesmas.

O caráter ortodoxo presente durante os anos da Ditadura Militar continuou presente durante mais algum tempo, especificamente quando surgiu o Neoliberalismo no Brasil. No capítulo a seguir essa política será colocada no centro da discussão, para que se entenda mais sobre a concentração de renda.

As ideias apresentadas não foram hegemônicas no sentido das diferentes análises, em face das duas correntes econômicas, ortodoxia e heterodoxia, as quais levam a diferentes interpretações uma mesma situação. Mais a frente veremos novos embates entre esses dois lados e, ao final do trabalho, responder a uma pergunta: qual delas seria melhor para o bem-estar da população, no que tange na desconcentração da renda no Brasil?

Capítulo 2- A ORIGEM DO NEOLIBERALISMO

Este capítulo traz as ideias das quais fizeram surgir o ideário neoliberal no mundo e como ocorreu sua implantação no Brasil. Na primeira parte será mostrada de que forma o neoliberalismo é implantado, bem como as características que o distinguem dos outros modelos econômicos já implantados. Na segunda parte, mais especificamente, será tratada a origem dessa política no Brasil e suas consequências para a sociedade.

Isso será feito para que se possa compreender o que foi o neoliberalismo de fato e tentar provar uma possível conexão entre desigualdade de renda e a política governamental implantada. Conforme veremos ao longo do capítulo, uma nova política instalou-se no Brasil, trazendo consigo diversas consequências.

Assim, estudar as características do neoliberalismo é fundamental para que se entenda alguns dos resultados da economia na época, principalmente no que diz respeito ao foco deste trabalho, a desigualdade de renda.

2.1 A Implantação do modelo neoliberal

A origem propriamente dita das ideias do neoliberalismo deu-se através de um texto escrito por Friedrich Auguste Hayek (1990)² em 1944, intitulado “O Caminho da Servidão”, em meio ao fim da Segunda Guerra Mundial nos países capitalistas da Europa e da América do Norte. O conteúdo desse texto era uma feroz crítica ao Estado e principalmente, às interferências políticas e econômicas por ele provocadas (ANDERSON, 1995).

Em 1947, no auge das ideias do New Deal Americano e do bem-estar europeu, Hayek se reuniu com pessoas que também estavam incomodadas com a atuação política do Estado. O célebre economista, Milton Friedman (1985), foi um dos colaboradores das diretrizes do novo liberalismo da economia e, em 1962, ele escreveu um livro chamado Capitalismo e Liberdade, o qual disserta sobre o livre mercado sob a ótica do neoliberalismo. O encontro ocorreu na Suíça:

Entre os mais célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do

² HAYEK, Friedrich August Von. O caminho da servidão. Rio de Janeiro: Instituto liberal, 1990.

New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria altamente neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. (ANDERSON, 1995, p. 1)

Uma das discussões principais dessa reunião foi como dar fim às idéias do keynesianismo e o solidarismo e começar um novo capitalismo, sem planos futuros e livre de qualquer interferência estatal. “O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.” (ANDERSON, 1995, p.11)

O neoliberalismo tem bases totalmente interligadas entres si, segundo Carcanholo (2008). A tomada de decisões pelos agentes ocorre de acordo com os seus próprios interesses, porque, segundo os mesmos, essas decisões não provocam o chamado “caos social”.

As decisões tomadas no mercado têm como objetivo manter a “ordem natural³”; esta última decisão é vista como fundamental para o andamento da economia. Se o curso da “ordem natural” não deve ser mudado, não devem, portanto, haver interferências externas que possam dificultar o processo. Os governos não entendem plenamente as necessidades e características de cada mercado, por isso não devem ditar as políticas, servem apenas para ser os fiscalizadores, os que observam se está tudo sendo feito ou não.

Voltando ao ponto da ordem natural, a desigualdade era vista como algo necessário ao crescimento do país e deveria ser alcançado, pois assim garantiria que a acumulação do capital ocorresse. Era algo inevitável que aconteceria ao longo da expansão do capitalismo, pois havia a questão da propriedade privada, heranças e oportunidades que não eram disponíveis a todos os circuitos da sociedade. Portanto, não podia ser negado e, muito menos, interrompido (MALAGUTI, 2002).

Alinhado a essa idéia, Malaguti (2002) faz a observação de um princípio do neoliberalismo, que é não apoiar a discriminação entre as pessoas, apesar do que foi dito acima. Ou seja, seja através da ordem natural ou da própria escolha do

³ Relação com o Laissez-faire (deixai fazer, deixar passar, o mundo gira por si só) de Smith: os governos não deveriam interferir nas decisões, para que não atrapalhasse os interesses das classes detentoras de capital.

indivíduo, não era uma questão para reforma governamental se as pessoas estivessem passando por algum dilema econômico, pois não havia discriminação de mercado; as oportunidades seriam as mesmas.

Ainda de acordo com o princípio acima os detentores de capital não tinham a intenção de favorecer um determinado grupo de pessoas ou até mesmo eles mesmos, muito pelo contrário; práticas discriminatórias não eram permitidas nesse regime. Afinal de contas, o neoliberalismo era desigual, mas nunca discriminatório; não havia privilégios para apenas uma minoria.

A questão de se conseguir prosperar vinha dos esforços do indivíduo para tanto ou dependia do destino. Caso a “sorte” estivesse ao lado de alguém, um futuro digno estaria garantido. Para que a política não fosse vista apoiando práticas que discriminassem a sociedade, os neoliberais trataram de negar tudo que fosse ligado a isso. “Aqui não existe a discriminação, apenas a desigualdade.” (MALAGUTI, 2002, p. 64)

Desse modo, o modelo clássico determinava que os indivíduos não eram dependentes das políticas estatais para se desenvolver economicamente e socialmente, e sim, apenas da questão sorte *versus* azar. O que vale é o esforço em se aperfeiçoar cada vez mais, sem contar com as condições geradas pelo governo. Se os resultados não fossem favoráveis, é porque não se empenharam o bastante ou porque não estava “determinado pelo destino”.

Essa explicação sobre não existir discriminação pode ser relacionada com a Teoria do Capital Humano, a qual dizia que indivíduos letrados têm mais chance do que aqueles com uma má formação. Ora, se a pessoa não teve acesso à educação, não é culpa do governo que isso viesse a acontecer e sim, um acaso de vida.

Para os teóricos, o Estado deve ser mínimo em suas ações; no final das contas, quanto menos intervenções, melhor será o bom andamento da Nação, pois a soberania política não é eficaz em suas determinações. Logo, o seu papel deve ser o menor possível: apenas no sentido de instituir leis, manter a ordem, a expressão e a liberdade de expressão, e garantir e fiscalizar que as políticas econômicas adequadas aos interesses da classe dominante sejam feitas. A intervenção pode até acontecer, entretanto em momentos de defesa da concorrência ou quando há

interesses privados envolvidos, sempre da forma mais conveniente aos interesses da classe dominante, a que detém o capital.

Entretanto, essa teoria do Estado Mínimo é questionável, ao abrir um parêntese no que diz respeito aos sindicatos e gastos sociais. Todo Estado tem que ser forte, mas no sentido de coibir o crescente poder sindical e reduzir ao máximo as despesas do governo com a sociedade. A crescente influência que os sindicatos conquistaram foi vista com repúdio pelos neoliberais.

Segundo Carcanholo (2008), o movimento operário prejudicava o processo de acumulação de capital, o qual sempre foi o foco do capitalismo. Isso, somado às revoltas operárias por novos salários e melhores condições de trabalho, atrapalhavam o andamento das economias. Se os sindicatos sofressem uma ruptura, pensavam os neoliberais, o alto lucro líquido dos capitalistas seria mantido e não seria afetado pelas constantes políticas de amparo aos trabalhadores. Para Hayek, a democracia não era o centro da visão Neoliberal. Liberdade e democracia não poderiam caminhar juntas, pois a medida que a população quisesse interferir na distribuição de renda e melhoria de condições de vida, os detentores de capital seriam prejudicados. (ANDERSON, 1995).

Outra premissa é a de que o Estado liberal deve priorizar o bem-estar das empresas privadas através de quaisquer incentivos, como: um aparato de leis que defendam os interesses privados, uma infra-estrutura capaz de facilitar o transporte de mercadorias e pessoas, uma educação que tornem as pessoas especializadas no trabalho exigido pelas indústrias privadas. Desse modo o Estado interviria de forma eficiente aos interesses capitalistas. (CARCANHOLO, 2008).

A partir do que foi acima mencionados, entende-se que o regime foi feito para atender especialmente aos interesses das classes dominantes, sob uma faceta de que todos os envolvidos da nação seriam beneficiados com o novo programa, a não ser que o quesito “sorte” não entrasse em jogo. A maximização dos lucros nunca foi tão bem quista quando a partir do surgimento do novo liberalismo.

Segundo Anderson (1995), apesar de a teoria ter sido lançada já em meados da década de 40, a entrada dos primeiros países no regime neoliberal aconteceu de

forma lenta e gradual. Nos anos 50 e 60 o capitalismo estava em sua melhor fase, a chamada “Era de Ouro”⁴.

Assim, as opiniões começam a mudar a partir dos anos 70. A recessão dos países capitalistas combinada com altos índices de inflação e quedas de crescimento econômico deu espaço para o neoliberalismo ser amplamente difundido. Hayek (1990), e sua turma de teóricos aproveitaram a deixa e começaram a espalhar a teoria do fracasso do Estado.

A hegemonia deste programa não se realizou do dia para a noite. Levou mais ou menos uma década, os anos 70, quando a maioria dos governos da OCDE – Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento – tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas. (ANDERSON, 1995, p.38).

A primeira nação desenvolvida que deu espaço ao neoliberalismo foi a Inglaterra de Thatcher, nos anos 70. Em seu governo o novo regime político foi feito em sua forma mais pura.

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 39).

A Inglaterra sofreu um baque expressivo na década de 70. A produtividade média caiu e diversos setores da economia foram afetados, como o da construção civil, o de exportações e, conseqüentemente, o dos meios de capital. Diferentemente dos outros países desenvolvidos, a Grã-Bretanha não conseguiu se recuperar rapidamente da crise.

Todo o mercado era controlado pelos Estados Unidos e daí vinha sua extrema dependência, aliada ao fato de que não possuía grandes vantagens comparadas aos outros países ativos no mercado, como a França ou o Japão. Após 1973 tudo o que favorecia a Inglaterra e fazia com que os problemas se amenizassem foi por água abaixo. A partir daí, instalou-se uma crise generalizada, o que favoreceu a entrada da teoria neoliberal (CARUCCIO, 2009).

⁴ A Era de Ouro Capitalista aconteceu em 1945 a 1973.

Os Estados Unidos de Reagan se diferenciavam um pouco da política inglesa de Thatcher. Em meio às disputas com a União Soviética durante a Guerra Fria, o foco norte-americano era derrubar o regime comunista que imperava na outra nação. Como no território norte-americano não havia o modelo inglês do bem-estar, este último não foi o objetivo principal do Neoliberalismo.

Assim, ao invés de uma política fiscal contracionista, o então presidente elevou os gastos com as indústrias de armas, fazendo assim com que os Estados Unidos tivessem o maior déficit nas contas públicas em sua história. Há, todavia, a ressalva de que Reagan não deixou de aplicar no País as reformas tributárias e as políticas de alta taxa de juros, as quais eram os alicerces das reformas econômicas neoliberais (ANDERSON, 1995).

A teoria neoliberal se expandiu além dos limites dos países desenvolvidos. Ela estreou na América do Sul com mais propriedade no Chile, sob o governo de Augusto Pinochet (CHONCHOL, 1996). Os anos 70 foram um marco para a política chilena, pois, afinal de contas, este país foi o hospedeiro do neoliberalismo praticado em sua forma mais verdadeira. Isso porque, tudo o que a política neoliberal orientava, foi imposto à população: ruptura do poder dos sindicatos, privatizações, desemprego nos mais diversos setores.

A ditadura de Augusto Pinochet, relatada como uma das mais cruéis de todo o pós-guerra, colocou em prática diversas reformas econômicas negativas à sociedade, entretanto, compatíveis com o neoliberalismo. No Chile, essas práticas neoliberais começaram bem cedo, até mesmo antes da Inglaterra; inclusive a inspiração de Thatcher foi tomada através do governo de Pinochet (CHONCHOL, 1996).

O neoliberalismo chileno acreditava que a privatização de empresas públicas seria a saída para um governo ineficiente em relação às atividades produtivas. O crescimento do PIB e a abertura comercial eram de fundamental importância; o êxito da economia de Pinochet se relaciona ao fato de que a capacidade exportadora do País aumentou consideravelmente em 1987.

Anderson (1995) informa que outras experiências neoliberais foram destaque na América Latina, como na Bolívia, México, Venezuela, Argentina e Peru. Dessas,

a que menos teve êxito foi a da Venezuela. O fracasso se deve ao fato de que no País venezuelano o poder Executivo não era tão ditatorial quanto nos outros países.

Mas então, será que o sucesso da política neoliberal deve-se aos governos ditatoriais? O caso da Bolívia mostra que não foi necessário o uso do autoritarismo. Como Anderson (1995) destacou:

A lição que fica da longa experiência boliviana é esta: há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir a democrática e não coercitivamente um povo a aceitar políticas neoliberais das mais drásticas. (ANDERSON, 1995, p. 05)

Observou-se ao longo desta parte do capítulo que, por mais que o neoliberalismo tenha ocorrido em países tão diferentes em estrutura, cultura e poder, a essência é sempre a mesma: o resultado das mudanças nem sempre se direcionavam a classe menos favorecida.

2.2 O Neoliberalismo e a Globalização Mundial

Nesta parte será levantada sucintamente a questão de que a globalização e o neoliberalismo podem estar interligados. A globalização da economia explode junto com o ideal neoliberal. Toda essa discussão através da globalização se dá porque as nações, suas estruturas sociais e políticas foram abaladas por novas ideologias e processos.

Segundo Ianni (1998), o mundo já está sendo modificado com toda essa problemática, pois as bases sólidas que existiam simplesmente desapareceram com o novo turbilhão de ações e pensamentos. Quando as bases de uma sociedade são abaladas, o mundo perde um pouco do equilíbrio de idéias e também de sua cultura; é aí que se começa toda a problemática que envolve a nova era globalizada.

O centro das atenções no mundo globalizado são as políticas neoliberais. Elas estão presentes em todos os lugares e projetos e vem de forma arrebatadora, no sentido de derrubar antigos conceitos. Como exemplo disso, podemos citar os movimentos sociais, os quais poderiam ser um entrave ao novo liberalismo de Hayek (1990).

Enquanto o Neoliberalismo ocorria em sua forma simples e original, acontecia a globalização da produção.

Sob as suas diversas formas, o capital atravessava territórios e fronteiras, mares e oceanos, englobando nações, tribos, nacionalidades, culturas e civilizações. Juntamente com o capital sob suas diversas formas, globalizam-se as tecnologias de todos os tipos, compreendendo crescentemente as eletrônicas e informáticas. (IANNI, 1998, p. 28).

Isso é, de fato, uma transformação dos países emergentes em países de Primeiro Mundo, no sentido de conectados e participativos da nova realidade na qual a globalização inseriu a sociedade. No que tange ao capital, o novo mundo passa a ter um conceito diferente também, pois conforme dito anteriormente, o neoliberalismo ocorre dentro do contexto globalizado.

Podemos dizer que a globalização trouxe consigo um comportamento diferente dos meios de produção, especialmente quando se refere aos lucros. Nessa nova fase, potencializam-se a centralização e a concentração de capital. E isso não apenas no Primeiro Mundo; a globalização dos países emergentes também acontece, claro que de forma desigual e rápida. Essa é uma crítica que surge em relação ao desenvolvimento social e econômico dos países desenvolvidos.

Conforme Ianni (1998):

Nessas condições, a globalização do capitalismo implica sempre e necessariamente o desenvolvimento desigual, contraditório e combinado. 'Desigual', devido aos desníveis e às irregularidades na realização das forças produtivas e das relações de produção. 'Contraditório', porque leva consigo tensões e atritos entre os subsistemas econômicos nacionais e regionais, enquanto províncias dos sistemas econômico global. E 'combinado', já que, a despeito das desigualdades de todos os tipos e contradições também múltiplas, desenvolve-se em geral alguma forma de acomodação, associação, subordinação ou integração, nas quais os pólos dominantes ou mais dinâmicos subordinam, orientam ou administram os 'emergentes' (IANNI, 1998, p. 29).

Portanto, a globalização contribuiu de forma significativa para o avanço do neoliberalismo. Todas as relações de capital, tecnologia e inserção de novos pensamentos estão intimamente ligadas ao liberalismo de Smith "melhorado" por Hayek. A aldeia global em que o mundo se encontrava foi o cenário fundamental para que os ideais neoliberais alcançassem a magnitude esperada.

2.3 O Surgimento do Neoliberalismo no Brasil na década de 90

A crise da dívida dos anos 70 foi uma das principais razões da estagnação econômica ocorrida nos países subdesenvolvidos, em especial, o Brasil, que na época recebia, sem limitações, vultosos empréstimos dos credores internacionais. O segundo choque do petróleo e da taxa de juros, além do corte dos empréstimos para o País, indicava que eram necessárias medidas de ajustamento (BRESSER PEREIRA, 1996).

Na verdade, trata-se da crise de um padrão de acumulação capitalista centrado no Estado desenvolvimentista e baseado numa aliança político-social que tinha nas frações estatal, privada, nacional e estrangeira do capital seu eixo de sustentação. (MACIEL, 2004, p. 100).

Em seu trabalho sobre a globalização e o neoliberalismo, que segundo Gennari (2002), versou sobre as ações governamentais, as quais poderiam uma das causas de crises econômicas dos países. Um exemplo citado foi o da inserção de uma nova visão política, com a tentativa de derrotar a crise que se instalou e de desenvolver o Brasil.

Para tanto, foi acordado que, para que o país recebesse os empréstimos para o financiamento da economia, seria necessário que fosse aderido pelo governo um novo programa de medidas políticas. Esse novo programa seria o pacote de práticas neoliberais.

As principais diretrizes de política econômica que emergiram abrangiam segundo Batista (1994), as seguintes áreas: 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação; 10) propriedade intelectual. (GENNARI, P. 32).

Fernando Collor de Mello, presidente eleito em 1989, formaliza a entrada do novo liberalismo no País, com a explicação de que novos programas econômicos iam ser colocados em prática e salvariam o País das garras do endividamento externo (BATISTA 1995).

De acordo com Maciel (2004), ainda que já existam traços do neoliberalismo nos governos da Ditadura Militar, foi dada no governo Collor a continuação do poder burguês no país.

Mesmo considerando a presença de medidas e determinadas políticas de cunho neoliberal nos governos Figueiredo (1979 – 1985) e Sarney (1985 – 1990), consideramos que a implementação do projeto neoliberal no Brasil, como elemento condutor da ação governamental em todas as suas esferas, inicia-se no governo de Fernando Collor de Melo (1990 – 1992). Numa situação de prorrogação da hegemonia burguesa iniciada nos anos 80 e de vigência precária da institucionalidade democrática recém instalada no Estado brasileiro, o projeto neoliberal emergiu como uma das alternativas históricas vislumbradas no interior do bloco no poder para atualizar sua dominação social (MACIEL, 2004, p. 98).

Nesse meio tempo, entre as eleições e a posse de Collor, em novembro de 1989, foi realizado nos Estados Unidos denominado Consenso de Washington. Nele foram estabelecidos planos de ação macroeconômicos ditados pelos Estados Unidos e pelo Banco Mundial. Uma das metas primordiais da nova gestão era acabar de vez com a inflação acelerada que corroía o Brasil, negociação da dívida externa e regularizar o comércio externo, com vistas de melhoras também na indústria.

Não se tratou, no Consenso de Washington, de formulações novas mas simplesmente de registrar, com aprovação, o grau de aprovação das políticas já recomendadas, em diferentes momentos, por diferentes agências. Um consenso que se estabeleceu, naturalmente à conveniência de se prosseguir, sem esmorecimento, no caminho aberto (BATISTA, 1995, p.16).

Dentre as reformas implantadas, a liberalização comercial do Brasil merece destaque. Fortaleceu-se uma hipótese de que o plano de substituição de importações aplicado estava esgotado e que, portanto, o país havia ficado de fora das expectativas de crescimento durante a globalização. Esse modelo, então, foi substituído pela abertura comercial.

De acordo com os teóricos da época, essa abertura impulsionaria a produtividade e a concorrência, essenciais para o aumento dos lucros e para uma maior distribuição de renda. Essa última melhoria é questionável, entretanto. (CARCANHOLO, 2008).

Tudo isso estava intimamente ligado com a liberalização de capitais, garantindo que houvesse um fluxo intenso de capitais no País, o qual poderia equilibrar a balança de pagamentos e aumentar o nível de investimentos em solo brasileiro.

A privatização também foi um ponto alto no governo Collor. A explicação para tal atividade seria que, o ramo privado era considerado mais eficiente e assim, seria capaz de angariar mais recursos para a quitação da dívida externa. Ou seja, nesse discurso, quanto maior a carga tributária, mais chances de quitar os débitos internacionais. Uma das críticas desse pensamento é a de que não é preciso um aumento expressivo dos impostos para que se obtenham recursos; através da contenção de gastos do Estado consegue-se chegar ao equilíbrio fiscal.

O Governo Collor articulou um plano de recuperação da economia, o Plano Collor I, o qual foi apresentado como sendo de caráter heterodoxo, na tentativa de controlar a liquidez, de reformar o Estado e no incentivo às exportações. Porém, o que se observou foi uma manobra ortodoxa, pois ao ser executado, permitiu que a acumulação capitalista fosse o foco principal, deixando de lado os interesses sociais, e tudo sob a máscara de combate à inflação. Ainda havia a necessidade de promover a abertura comercial e financeira, já que a concorrência no quesito produção era acirrada (MACIEL, 2004).

Esta ofensiva tornava-se crucial para os interesses do grande capital monopolista, seja em função da perspectiva de aumento da taxa de mais-valia como forma de reversão da tendência de queda na taxa de lucro motivada pela recessão econômica, seja pela imperiosa necessidade de desencadear o processo de reestruturação produtiva, com a incorporação de novas tecnologias e novas formas de gerenciamento do processo produtivo, baseadas na desregulamentação do mercado de trabalho (MACIEL, 2004,p. 102).

Ao fracasso do Plano Collor I, logo em seguida, Fernando Collor anuncia o Plano Collor II, o qual também não consegue atingir os resultados de recuperação da economia. Assim, em mais uma tentativa de melhoria, entra em campo o economista segundo Maciel:

Este passa a adotar uma orientação marcadamente ortodoxa, baseada na alta dos juros, na restrição ao crédito, no corte dos gastos públicos, na liberalização da área financeira e na renegociação da dívida externa, estas últimas medidas visando favorecer a entrada de capitais e a melhora das relações do sistema financeiro internacional (MACIEL, 2004, p.103).

Os dados da época mostram que o Plano Collor II não resultou em melhoras para a economia brasileira: o IGP-M dobrou no ano de 1992, o desemprego

aumentou, os salários diminuíram, e para completar, o País entrou em recessão. (MACIEL, 2004).

Em toda a confusão no cenário econômico, ocorreu o escândalo de corrupção, envolvendo o presidente Collor e alguns auxiliares, o que fez com que não só a camada popular ficasse descontente, mas também a *high society*, com a recessão do país. Assim, ocorreu um grande movimento popular no Brasil, conhecido como “Fora Collor”, no qual promoveu o *impeachment* do presidente e o posterior fim do mandato. Inclusive a mídia que desde o início da candidatura havia apoiado Collor claramente, foi uma das primeiras a condenar o governo (MACIEL, 2004).

Sob a liderança das forças políticas e sociais que apoiaram a candidatura Lula em 1989, a campanha apresentou um perfil anti-neoliberal em alguns aspectos, no entanto prevaleceram as bandeiras da probidade administrativa, da anti-corrupção e da ‘ética política’ como conteúdo ideológico fundamental (MACIEL, 2004, p. 104).

Através desses fatos, pode-se entender que as táticas neoliberais implantadas no Brasil durante o Governo Collor não foram suficientes para minimizar os efeitos da crise mundial no Brasil. O que aconteceu foi a intensificação dos problemas econômicos.

Nesta última parte do capítulo a conclusão a que se chega é a de que as políticas neoliberais não são capazes de promover o bem-estar na economia. Os planos econômicos baseados na teoria neoliberal não tiveram sucesso em derrotar a inflação, pelo contrário: garantiram uma recessão econômica ao Brasil. Fica a conclusão de que a política de Hayek (1990), e seus sucessores não são capazes de gerir um sistema econômico com oportunidades iguais para toda a sociedade, pois a premissa de crescimento econômico não precisa estar necessariamente ligada ao desenvolvimento social do indivíduo.

No próximo capítulo, o governo Lula será o centro da discussão: seria um governo com bases diferentes, as quais pudessem reverter a situação econômica? Conforme observamos no capítulo 1 e neste que acaba de ser inserido, as chamadas políticas de mercado não conseguiram desenvolver plenamente o Brasil, e conseqüentemente, não melhoraram a distribuição de renda.

Capítulo 3 A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS ANOS 90 E 2000

Este capítulo irá tratar do comportamento da distribuição de renda no Brasil durante os anos 90 e 2000. A primeira década foi escolhida por conta da hegemonia do neoliberalismo, o qual desenhava traços na economia brasileira que influenciaram a vida dos brasileiros. Serão apresentados índices macroeconômicos que mostrarão o que de fato aconteceu com a inserção do neoliberalismo na economia.

Em uma segunda parte do capítulo os anos 2000 serão tomados como base, mais especificamente o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Sucintamente, sabemos que o governo petista implementou diferentes ações das quais haviam sido implantadas durante os governos anteriores. A partir disso, surge uma questão importante sobre a qual existem diversos estudos econômicos sobre: será que os resultados finais medidas políticas de cunho político são aplicadas?

Este será o terceiro e o último capítulo deste trabalho e terá o objetivo de finalizar a questão sobre a desigualdade no Brasil. Ao longo de todo trabalho, discutiu-se sobre o neoliberalismo, suas características e sobre os governos ortodoxos dos anos 80 e 90. Agora serão discutidos os anos 2000 e suas diferentes táticas políticas para podermos comparar os resultados finais.

3.1 Histórico de políticas econômicas nos anos 80 e 90

O desenvolvimento econômico mundial foi abalado por uma crise que se abateu no mundo durante a década de 80. Nessa época, o Brasil tinha superávits comerciais, porém todo esse excedente era convertido para os pagamentos de empréstimos contraídos do exterior. O desarranjo econômico causado pelos financiamentos e altas taxas internacionais fizeram com que o país passasse a ter uma alta taxa de inflação, o que ocasionava o “*apartheid* social e econômico” (DELGADO ; CARDOSO, 2002).

Esses problemas macroeconômicos dificultaram colocaram o Estado em uma situação complicada. O setor público foi perdendo espaço em solucionador dos problemas, pois ao ficar endividado, não conseguia trabalhar no crescimento econômico, ficando destinado apenas a estagnação. Outro ponto que não foi a favor

do crescimento foi a transição dos capitais privados para espaços financeiros, não produtivos. Cardoso (2002) separa as décadas de 80 e 90 em duas fases:

Enquanto a década de 80 pode ser caracterizada como representante da fase I da era da industrialização regressa do país, marcada pela estagnação do crescimento da produtividade e do produto industrial, portanto, etapa de desartiulação do modelo de desenvolvimento industrial pregresso, os anos 90 podem ser vistos como palco da fase II da trajetória brasileira de regressão industrial, na medida em que é um período de retração absoluta e relativa do emprego e do ritmo de expansão da indústria (DELGADO ; CARDOSO, 2002, p.9).

Nesse momento de mudanças do cenário econômico brasileiro é que foi eleito, em 1989, Fernando Collor de Mello, o qual ficou de cumprir seriamente as diretrizes neoliberais. (GENNARI, 2002). Collor representava, além disso, o ideário de política da ditadura militar, um governante das classes dominantes. Assim sendo, algumas das políticas implementadas seriam a liberalização comercial e financeira e as privatizações, totalmente direcionadas ao mercado. “O Governo Collor tratou de implementar uma política econômica e uma política externa que seguia de perto as recomendações e diretrizes do chamado *Consenso de Washington*. (GENNARI, 2002, p. 35).

Sobre o programa de substituição de importações, este deveria dar lugar a um novo projeto: o de abertura comercial, já na virada dos anos 80 para os 90. (CARCANHOLO, 2008). O autor cita em seu texto uma tese de que, sem interação comercial, o Brasil não conseguiria ter ganhos de produtividade e, portanto, um ganho menor da renda.

Então, o governo propunha que, a abertura sendo realizada com o país em sua fase de crescimento, conseguiria redistribuir a renda, tentando manter esse nível junto ao Plano Real. Entretanto, não foi exatamente isso que ocorreu. Isso porque a economia brasileira nem era fechada ao comércio exterior, tendo o coeficiente de exportações e importações/PIB maior do que o dos Estados Unidos, por exemplo, conforme a tabela abaixo nos mostra:

**TABELA 3 - Abertura comercial do Brasil (comparação de índices Brasil – EUA)
1950 a 1990**

| | Brasil | | EUA | |
|------|--------------|-------------|--------------|-------------|
| | Export. /PIB | Import./PIB | Export. /PIB | Import./PIB |
| 1950 | 8,8 | 7,2 | 3,6 | 3,1 |
| 1960 | 4,6 | 6,3 | 4,0 | 2,9 |
| 1970 | 5,6 | 6,6 | 4,3 | 4,0 |
| 1980 | 8,4 | 9,9 | 8,4 | 9,3 |
| 1990 | 7,9 | 5,2 | 7,0 | 9,0 |

Fonte: Carcanholo, 2008.

Analisando por outro lado, Carcanholo (2008) utiliza os dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) para relatar que a redistribuição de renda não ocorreu com a abertura comercial. Um desses estudos afirma que a distribuição de renda está pior do que em 1992. Naquele ano, a renda dos 10% mais ricos sobre a renda dos 40% mais pobres era aproximadamente 5,7. Em 96, chega a 6,36 (CARCANHOLO, 2008).

Com esses dados, corrobora-se a teoria de que as políticas neoliberais implantadas não intensificaram a distribuição de renda entre as camadas populares. O ano de 1992 foi o último do mandato de Collor, o qual sofreu um *impeachment* devido aos escândalos de corrupção.

Já os processos de liberalização e privatizações ficaram a cargo do novo presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso. (GENNARI, 2002). O foco das decisões políticas passou a ser o mercado externo e conseqüentemente, o Brasil ficou dependente do capital estrangeiro mais uma vez. A liberalização era um dos pilares do neoliberalismo: tal política era uma das condições para uma economia estável.

A política de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) alcançou maior profundidade no governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente através do programa de privatizações (LAPLANE; SARTI, 2002). Em 1999, o volume de dinheiro destinado ao IDE, via programa de privatizações, chegou a US\$ 8,7 bilhões, representando 30,7% do valor total do IDE do ano considerado (SARTI, 2001).

Carcanholo (2008) apresenta a explicação para o incentivo ao IDE, segundo os governos da época: seria propício para a melhora da poupança nacional, da produtividade e também da balança de pagamentos. Porém, segundo alguns dados,

os níveis de investimento não melhoraram conforme prometia o plano; de 1991 para 1999, os índices passaram de 15,2% para 17,2%. (GENNARI, 2002).

Além disso, outro aspecto estrutural chama atenção: os investimentos diretos, não só geraram elevações consideráveis de remessa de lucros, royalties e direitos de assistência técnica, como também geraram imediatamente, ou seja, nos últimos anos da década de 90, um vigoroso aumento de importações que em muito contribuíram para os sucessivos déficits na balança comercial, mesmo após a expressiva desvalorização cambial. (GENNARI, 2002, p. 40).

A conclusão que se chega a respeito do IDE é que, após se esgotarem os movimentos de privatização e abertura, o fluxo de capital iria diminuir substancialmente, pois não haveria estímulos do mercado. (LAPLANE ; SARTI, 2002). O mundo também sofreu uma retração do IDE no fim dos anos 90 e início dos anos 2000, porém a principal causa do abatimento dos fluxos deve-se ao esgotamento das privatizações.⁵

Sobre o comportamento da renda e produtividade, Dedecca (2004) demonstrou em seu trabalho a fragilidade da distribuição de renda e a problemática da renda do trabalho, no cenário das políticas públicas acima expostas. Ele expõe que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi inferior ao da População Economicamente Ativa (PEA), podendo induzir uma queda na produtividade brasileira.

Assim sendo, a renda do trabalho caiu e mesmo que tenha se melhorado a distribuição de renda, não é possível olhar para esse dado, (mesmo que ele seja positivo) e esquecer do outro, que piorou. Portanto, é preciso tratar da distribuição funcional e, posteriormente, explorar o comportamento da distribuição da renda do trabalho. “Esta é parte de uma distribuição mais geral da riqueza criada pelo país”. (DEDECCA, 2004, p. 45).

As políticas de incentivo ao mercado externo foram as responsáveis pela má distribuição de renda. Como o nível da renda do trabalho diminuiu, o montante acumulado pelo governo e pelos empresários aumenta. Por isso, é impossível disassociar renda do trabalho e distribuição de renda.

⁵ Vale lembrar que, segundo a ótica de mercado, as privatizações eram essenciais pois, além de o setor privado conseguir melhores resultados, o aumento da produtividade conquistado aumentaria a concorrência e abriria as portas do mercado externo.

Entre 1990 e 2002, a renda do trabalho caiu de 43% para 31% do produto Interno Bruto. Se considerada somente a participação dos salários, isto é, exclusive os rendimentos dos autônomos e profissionais liberais, sua redução foi de 36% para 27% do mesmo período. Por outro lado, a participação da renda de capital subiu de 33% para 43%, entre 1990 e 2002, e do governo de 23% para 25%. (DEDECCA, 2004, p. 46).

As políticas do mercado externo são um reflexo da preferência pela abertura comercial, proposto pelo neoliberalismo. Os adeptos ao novo liberalismo julgavam que esse tipo de abertura redistribuía a renda. O que não aconteceu, até porque, conforme dito antes, o Brasil sempre apresentou índices significativos de abertura comercial, juntamente com o histórico de uma injusta distribuição de renda, a qual levava o nosso país a ter altos índices de pobreza e pobreza extrema. Apesar de não termos um limite definido para cada tipo, havia camadas sociais com esses níveis de renda⁶. (FERRAZ, 2008).

Ainda de acordo com Ferraz (2008), as políticas neoliberais dos anos 90 em quase nada ajudaram a melhorar o problema da intensa concentração de renda. As camadas menos favorecidas continuaram prejudicadas, e quando não se tem renda, não se tem alimentação, moradia, saúde e educação dignas. Então, a teoria de Langoni, sobre a educação, não faria sentido.

Como o neoliberalismo não considerava a desigualdade como fator de responsabilidade das políticas governamentais, isto é, era uma fator que dependia do destino e do grau de esforço do indivíduo, fica confuso pensar em melhoria das condições sociais com um governo *a la* Hayek.

No próximo tópico deste terceiro capítulo, iremos ver algumas das políticas que foram as políticas implementadas no Governo Lula e, se elas foram capazes ou não de melhorar a distribuição de renda.

3.2 As Políticas de Seguridade Social

⁶ Existem 3 tipos de critérios para a pobreza: a pobreza relativa (quando a renda é abaixo da média); a pobreza absoluta (quando a renda é inferior aos gastos essenciais do indivíduo); e a pobreza considerada pelo Banco Mundial, a da renda per capita de um dólar por dia (FERRAZ,2008).

Mesmo após uma nova Constituição ter sido elaborada em 1988, com objetivos bem mais amplos de seguridade social, as políticas relativas não foram bem desenvolvidas durante a década de 90, devido aos governos neoliberais. (MENEZES, 2002). “Na década de noventa e durante o início dos anos 2000, predominou a imposição de teses neoliberais que denunciavam a insustentabilidade de sistemas amplos e públicos de proteção social” (MENEZES, 2002, p. 13).

Até houve, em 1998, uma rica discussão sobre a questão nutricional durante o governo FHC, chamado Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FEBSAN), entretanto, o objetivo ainda não era a mudança no comportamento da distribuição de renda.

Porém, a partir de 2003, as políticas sociais mudaram de perfil e passaram a ser direcionadas não ao desenvolvimento do mercado, mas às necessidades da população, principalmente no que tange à distribuição de renda. Aqui, já não se identifica a teoria de Fishlow, a qual tratava a desigualdade de renda como algo que não dependia das forças de mercado. O primeiro programa que deu início ao processo de combate a fome foi o “Fome Zero”. (FERRAZ, 2008).

O FEBSAN e o Fome Zero têm em comum o fato de assumirem que o problema do Brasil não é a falta de alimentos, mas sim, como os mesmos são distribuídos para toda a sociedade. Ou por não possuírem dinheiro para comprar ou por não terem os meios necessários para se produzir, o fato é que milhões de brasileiros não tinham acesso a comida.

De acordo com Ferraz (2008), a idéia de que os programas de seguridade social não combatem a pobreza de imediato, mas sim, evitam que o círculo vicioso ocorra. Por exemplo, uma criança que seja atendida por um programa social, será bem alimentada e poderá render mais em seus estudos, podendo assim, ter uma vida digna no futuro, diferentemente da que teve quando criança.

É nesse sentido que os programas atuam, em longo prazo. A pobreza e a miséria não iriam ser extintas; apenas seriam controladas. Isso pode ser relacionado com a teoria de Fishlow, citada no capítulo 1. A idéia de haver repasses da renda do País para os programas de promoção da renda seria um dos passos para se começar a ter uma distribuição de renda mais justa.

A seguir alguns dos programas de seguridade social os quais julguei serem os mais relevantes, pois são objetivos quanto à finalidade de cada um.

3.3 O Programa Fome Zero

O Programa Fome Zero foi uma estratégia elaborada por alguns membros da sociedade e pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, no combate a fome. Logo após ser eleito, Lula estabeleceu que o combate a fome seria a principal questão de seu governo (MENEZES ; SANTARELLI, 2013).

Segundo Menezes; Santarelli (2013), este programa era ligado através de quatro eixos que destacavam a proteção social e a questão da desigualdade: amplo acesso aos alimentos, valorização da agricultura familiar, geração de renda e seguridade social. Estes eixos permitiriam que as pessoas de baixa renda tivessem acesso aos alimentos.

A Fome Zero foi o meio de se chegar a muitas outras estratégias que fizeram os alimentos chegarem mais rápidos à mesa dos cidadãos. Eis abaixo algumas delas brevemente citadas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é aquele que já existia nas escolas brasileiras, a famosa “merenda”, porém, a partir do programa Fome Zero, ficou mais aperfeiçoado, pois a oferta também qual passou a ser também para os alunos jovens e adultos, além das crianças que já eram incluídas.

A agricultura familiar também foi inserida nesse projeto, o qual previa que 30% dos alimentos destinados ao programa seriam desses agricultores, permitindo que participassem do processo, e conseqüentemente, do desenvolvimento econômico-social. Fishlow, na Controvérsia de 70, já havia dito que os recursos deveriam ser distribuídos de forma igualitária por toda a sociedade.

Não só os brasileiros do centro do país obtiveram acesso aos novos programas nutricionais. As pessoas que vivem em áreas de conflitos de reforma agrária, outras que passaram por alguma catástrofe e os residentes em quilombos, também foram, de certa forma, atingidos por eles. O programa de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos beneficiou mais de 400 mil famílias em 2010, com um total de 1,9 milhões de cestas entregues às pessoas carentes.

Um último programa em destaque é o Programa de Cisternas, o qual foi implantado na região mais seca e necessitada de recursos do país. Ele consistia em captar a água da chuva de com tecnologias simples e de baixo custo. Assim, a qualidade da água de consumo melhoraria e, conseqüentemente, também a qualidade de vida.

Os programas acima apresentados representam uma parte de outros que também foram colocados em prática. Os que foram citados serviram como base para o entendimento sobre o que seria a distribuição de renda. Novamente, fazendo referência à Fishlow, no que compete ao destino do PIB. Junto ao crescimento econômico, esses recursos deveriam atingir toda a população, com programas que ajudassem a promover o desenvolvimento social.

3.4 O Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família foi instituído pelo Governo Lula em 2003 e era uma estratégia de transferência de renda com duas finalidades principais: combate à pobreza extrema e inclusão da população desta classe na sociedade (MENEZES ; SANTARELLI, 2013). Já nesse ponto, não se vê um dos traços neoliberais, o qual versava que a desigualdade vinha da natureza e acaso, e não do andamento da economia.

Ao contrário de algumas teorias citadas no primeiro capítulo 1, as quais imunizaram o governo da responsabilidade de promover a distribuição de renda, o PBF foi criado para tentar reverter essa situação, ao dividir os recursos do crescimento econômico com o desenvolvimento da social.

Já havia outros quatro programas de transferência de renda: a Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Vale Gás, os quais englobavam necessidades variadas de um indivíduo. Os setores envolvidos no projeto foram: Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e o de Minas e Energia. Assim, esses programas foram unificados em um pacote de ajuda, o qual viria a ser a Bolsa Família.

A primeira meta traçada foi de 11 milhões de famílias abaixo da linha da pobreza a serem atingidas. O PBF considerava que as famílias necessitadas teriam

uma renda *per capita* entre setenta e cento e quarenta reais ao mês.⁷ A ajuda financeira que recebiam variava entre as situações de pobreza e pobreza extrema. As famílias desta última recebiam benefícios que variavam entre um mínimo de setenta reais e um máximo de trezentos e seis reais; já as famílias pobres tinham direito a um mínimo de trinta e dois reais e um máximo de duzentos e trinta e seis reais.

O PBF, por outro lado, faz alguns tipos de exigências quanto ao recebimento do dinheiro. As condições para que as famílias recebam o auxílio variam entre as áreas da educação e saúde. A explicação era o apoio financeiro como se fosse um prêmio quando as famílias mantinham seus filhos na escola e com o cartão de vacinas em dia, por exemplo. Funciona como um investimento a longo prazo. As exigências aconteceram de modo positivo. As famílias que não atenderam as condicionalidades do programa foram 4,5% do total de cadastradas.

O Programa Bolsa Família traz consigo algumas condicionalidades existentes nos programas de renda mínima anteriores, mas inova quando coloca a família como um todo, diferentemente de outros programas que beneficiavam cada membro da família isoladamente (FERRAZ, 2008, p. 26).

A seguir seguirão as conclusões após a implantação do Bolsa Família e dos outros programas direcionados a melhoria das condições das famílias.

3.5 Conclusões sobre os programas de transferências de renda

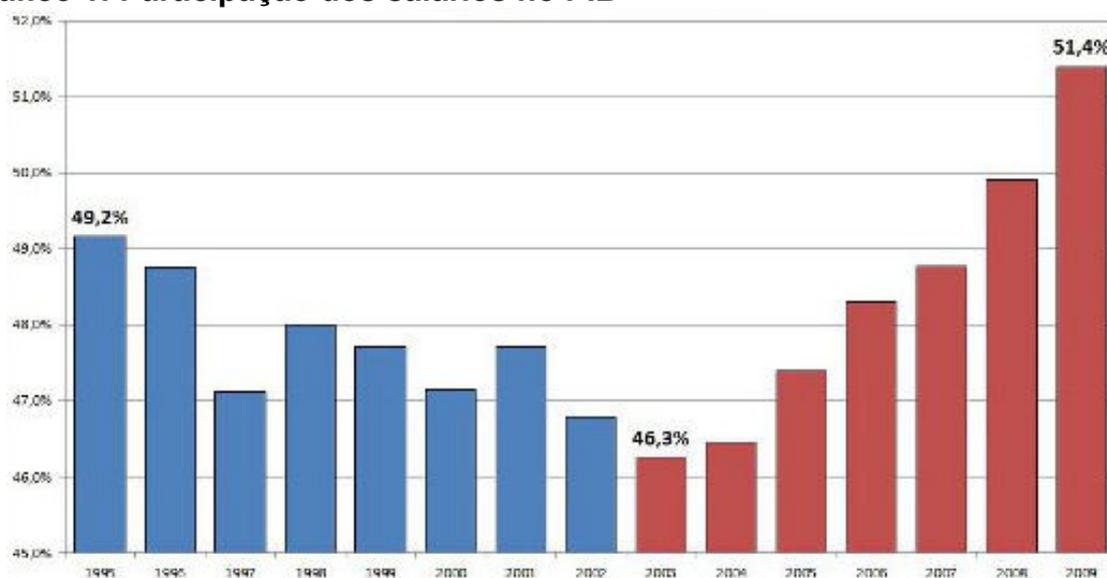
De acordo com Ferraz (2008), apesar de as condições da distribuição de renda ainda não ser a das melhores, a situação melhorou muito para aqueles mais pobres entre os anos 1995 e 2004⁸. A renda advinda do trabalho era a principal fonte de recursos, porém, a renda da seguridade social assumiu uma importância maior. A diminuição da concentração da renda do trabalho foi a grande responsável pelos resultados positivos da desigualdade no período considerado. Abaixo um gráfico demonstra o aumento da importância dos salários no PIB, fato que não poderia ser identificado antes no Brasil, pois os ganhos relacionados a produtividade não eram destinados aos trabalhadores.

⁷ De acordo com dados colhidos em janeiro de 2004 (MENEZES ; SANTARELLI, 2013).

⁸ Reflexo das políticas implementadas durante os governos anteriores ao período Lula.

Entre 1995 e 2004, a concentração da renda do trabalho caiu, mas reduções no seu peso impediram que isto levasse a reduções ainda maiores na desigualdade total. Esse fato implicou na queda da concentração da renda do trabalho para a desigualdade de 48% para 40%, de acordo com o gráfico abaixo: (FERRAZ, 2008)

Gráfico 1: Participação dos salários no PIB



Fonte: Ferraz (2008).

A próxima tabela traz alguns outros indicadores a respeito da qualidade de vida da sociedade. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentou melhorias devido aos aumentos na expectativas de vida, na média de escolaridade e na Renda Nacional Bruta (RNB) per capita. Nos anos 2000 houve um salto nesses índices, anos em que os programas de renda foram implantados no Brasil. Aqui, podemos fazer uma analogia à teoria de Fishlow, a qual diz que os recursos do PIB devem ser investidos em melhorias para a população.

TABELA 4 Distribuição de renda de acordo com faixa etária, escolaridade, Renda per capita e IDH.

| | Expectativa de vida no nascimento | Expectativa de anos de escolaridade | Média de anos de escolaridade | RNB per capita (PPP\$ 2005) | Valor do IDH |
|------|-----------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|--------------|
| 1980 | 62,5 | 14,1 | 2,6 | 7.306 | 0,549 |
| 1985 | 64,4 | 14,1 | 3,2 | 6.732 | 0,575 |
| 1990 | 66,3 | 14,1 | 3,8 | 6.978 | 0,600 |
| 1995 | 68,3 | 14,1 | 4,6 | 7.610 | 0,634 |
| 2000 | 70,1 | 14,5 | 5,6 | 7.698 | 0,665 |
| 2005 | 71,6 | 14,2 | 6,6 | 8.260 | 0,692 |
| 2010 | 73,1 | 13,8 | 7,2 | 9.812 | 0,715 |
| 2011 | 73,5 | 13,8 | 7,2 | 10.162 | 0,718 |

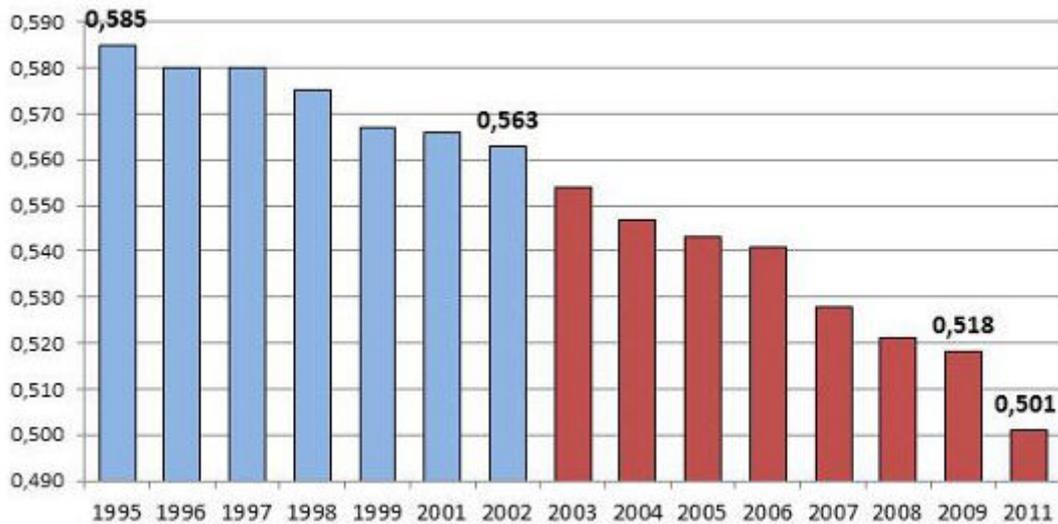
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Analisando a desigualdade de renda através do Índice de Gini⁹, observa-se que o Brasil apresenta uma situação melhor do que aquela dos anos 90. No gráfico abaixo, o destaque é que na década de 90, o índice era de 0,585, enquanto nos anos 2000, baixou para 0,501. Novamente, a partir dos anos 2000, o índice de Gini começa a apresentar uma tendência de queda, a qual pode ser associada com a mudança de rumo das políticas do governo.

Com o índice se aproximando dos 0,60, estávamos ao lado de outros três países que apresentavam o pior quadro de desigualdade do mundo: África do Sul, Malavi e Guatemala. (BARROS, 2006). Isso pode ser comprovado através dos índices de renda entres os mais ricos e os mais pobres dentro desse mesmo período: o índice dos 10% mais ricos recebiam uma renda quase 30 vezes maior do que os 40% mais pobres, e os 20% mais ricos recebiam uma renda 35 vezes maior do que os 20% mais pobres.

Gráfico 2 - Índice de Gini

⁹ O Índice de Gini calcula a distribuição de renda e varia em uma escala de 0 a 1. Quanto mais perto de 1, maior desigualdade e, quanto mais perto de 0, menor a concentração de renda.



Fonte: Ferraz (2008).

O crescimento econômico não pode acontecer sem que ocorra o desenvolvimento humano. Através de uma distribuição de renda justa, do acesso das pessoas à educação e saúde, formam-se sociedades com mais acesso a oportunidades. A pobreza leva a uma série de privações e para que uma população consiga atingir o máximo de produtividade, é necessário que a mesma tenha acesso aos recursos básicos. A pobreza não necessariamente diminuirá em sociedades desenvolvidas economicamente, mas sim em sociedades que invistam em educação, saúde e emprego. Conforme dito no capítulo 1, em um país com históricos de desigualdade desde os tempos mais remotos, a ideia do governo de que sua responsabilidade era mínima perante às desigualdades sociais não faz sentido. Não seria apenas uma questão de mudança educacional, conforme citamos Langoni no capítulo 1: a desigualdade econômica vai muito além dessa questão.

Este capítulo procurou demonstrar que a mínima diferença entre as políticas sociais entre os governos foi capaz de mudar a situação de pobreza extrema em que se encontravam muitas pessoas no Brasil. A desigualdade continuou existindo, a diferença é que foi tratada de forma diferente: não foi definida pelo acaso ou pelas escolhas equivocadas realizadas pelos agentes, tampouco pela falta de abastecimento de recursos e sim, como um problema existente e que deveria ser tratado, sem qualquer discriminação.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi verificar se as políticas públicas direcionadas a distribuição de renda dos anos 2000 foram o diferencial em relação aos anos 90. Utilizando dados e estudos de alguns teóricos temos algumas conclusões.

Mesmo existindo diferenças entre as políticas implementadas durante o governo FHC e Lula, os resultados obtidos no último governo em relação à pobreza mudaram. Dados como o índice de Gini, IDH e médias de escolaridade, apontaram uma mudança na situação das famílias brasileiras no que compete ao âmbito social e econômico.

O que aconteceu não foi a melhora necessária para se alcançar o topo da igualdade de direitos, mas já ocorreu um *start*. O fato foi que não ocorreu uma total ruptura com o modo ortodoxo já praticado, porém, houve uma direção a favor das políticas de promoção de desenvolvimento social, as quais, conseqüentemente, contribuíram para redistribuir a renda.

Por fim, acredito que esse seja o caminho de se iniciar uma mudança nas diretrizes políticas, sem enaltecer apenas o crescimento econômico e deixando a sociedade à mercê dos resultados macroeconômicos. É possível que aconteça desenvolvimento econômico e também o social. Entretanto, se faz necessário que os recursos advindos do primeiro visem melhorar o nível do segundo, não ficando no alcance de uma minoria já detentora do capital. Essa deveria ser a estratégia do governo para mudar o cenário de um país já historicamente desigual.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Balço do Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARROS, R.P. de. **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília. IPEA, 2006. Disponível em: www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdaderendanobrasil/abertura.pdf; Acesso 12/12/2014.

BATISTA, P.N. **Em defesa do interesse nacional**. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Crise Econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

CARCANHOLO, R. A. **Neoliberalismo**: a tragédia do nosso tempo, 3 ed. São Paulo. Ática, 2008.

CARUCCIO, M. As condições do surgimento do neoliberalismo na Grã Bretanha (1974-1985). **Revista de Economia**, Curitiba, v. Especial, p.205-21, 2009.

CHONCHOL, J. **Impacto de la globalizacion en las sociedades latinoamericanas**: ¿que hacer frente a ello? Estud. av. vol.12 nº.34. São Paulo: Sept./Dec. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010340141998000300020&script=sci_arttext Acesso em 20 mar. 2015.

DEDECCA, C. **Brasil, o Novo Governo e o Desenvolvimento Social**. Campinas: Mimeo, 2004.

DELGADO, G.; CARDOSO Jr. J. C. **A universalização de direitos sociais no Brasil**: a previdência rural nos anos 90. Brasília, IPEA, 2002. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/E65.pdf> Acesso em 12 mar. 2015.

FERRAZ, J. C. **Crescimento econômico**: a importância da estrutura produtiva e da tecnologia. Rio de Janeiro: BNDES, 2008.

GANDRA, R.M. **O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil**: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010406182009000200003&lng=pt&tlng=en Acesso em 15/02/2015.

GENNARI, A. M. “Globalização, Neoliberalismo e Abertura Econômica no Brasil nos Anos 90”. **Revista Pesquisa & Debate**. São Paulo, v. 13, nº. 1, p. 30-45, 2002.

HOFFMANN, R. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Econômica**, v. 10, nº. 1, p. 7-39, 2008.

LAPLANE, M., SARTI, F. **Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90**. Economia e Sociedade, Campinas, n. 8, jun. 2002.

MACIEL, D. **A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)**. São Paulo: Xamã, 2004.

MALAGUTI, M. **Neoliberalismo**: a tragédia do nosso tempo, 3 ed. São Paulo: Ática, 2008.

MALTA, **A controvérsia da distribuição de renda no pensamento econômico brasileiro**: a ampliação do debate teórico sob a conjuntura política dos anos 1970. São Paulo: Cortez, 2011.

MENEZES, F.; SANTARELLI, M. **Da Estratégia Fome Zero” ao Plano “Brasil Sem Miséria”**: Elementos da Seguridade Social no Brasil. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: . Acesso em: 24 set. 2014.